

**CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S/A**  
CNPJ/MF Nº 08.319.329/0001-21

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O exercício de 2025 marcou o início de um novo ciclo na trajetória da Casa de Saúde São Lucas. Ao longo deste primeiro ano da atual gestão, a administração concentrou esforços na compreensão profunda dos desafios estruturais da instituição, na reorganização de processos internos e na adaptação estratégica ao novo cenário competitivo do setor hospitalar na cidade de Natal. Esse período coincidiu com uma mudança relevante no mercado local de saúde suplementar, caracterizada pela inauguração do hospital próprio da Unimed Natal. A entrada em operação dessa nova estrutura alterou significativamente a dinâmica de demanda hospitalar da região, impactando diretamente o fluxo de pacientes e exigindo rápida capacidade de adaptação por parte dos prestadores independentes. Diante desse novo contexto, a administração optou por conduzir um processo estruturado de diagnóstico organizacional e revisão estratégica, priorizando a sustentabilidade da operação, o fortalecimento da eficiência assistencial e a modernização das relações institucionais com as operadoras de saúde. Embora os efeitos iniciais dessa transição tenham gerado pressões sobre alguns indicadores operacionais e financeiros ao longo do exercício, importantes fundamentos foram estabelecidos para a recuperação gradual dos resultados e para a consolidação de um novo ciclo de crescimento sustentável. **CENÁRIO ECONÔMICO E SETORIAL** – O setor de saúde suplementar brasileiro manteve trajetória de expansão ao longo de 2025, com crescimento do número de beneficiários e demanda consistente por serviços hospitalares. Ao mesmo tempo, o setor continua enfrentando pressões relevantes relacionadas ao crescimento estrutural dos custos assistenciais, à incorporação tecnológica crescente e às mudanças nos modelos de remuneração entre operadoras e prestadores. Nesse contexto, observa-se uma tendência cada vez mais clara de substituição do modelo tradicional de remuneração baseado em volume de serviços por modelos que priorizam previsibilidade de custos, eficiência clínica e geração de valor assistencial.

**DINÂMICA COMPETITIVA NO MERCADO LOCAL** – No mercado hospitalar de Natal, o principal evento ocorrido ao longo do exercício foi a entrada em operação do hospital próprio da Unimed Natal e da entrada do Plano Viver Saúde em dezembro de 2025. A nova unidade da Unimed passou a absorver parcela relevante da demanda anteriormente distribuída entre hospitais independentes da cidade, principalmente quanto a cirurgias e ao pronto-atendimento, provocando ajustes naturais na taxa de ocupação e na dinâmica de encaminhamento de pacientes. **EVOLUÇÃO DO MODELO DE REMUNERAÇÃO** – Durante o exercício de 2025 ocorreu uma mudança relevante no modelo de remuneração aplicado a parte significativa das Internações relacionadas à Unimed. Historicamente, a remuneração hospitalar era predominantemente baseada no modelo fee for service, caracterizado pela cobrança individualizada de procedimentos, materiais e serviços utilizados ao longo da internação, em alinhamento com tendências observadas em sistemas de saúde mais maduros, iniciou-se uma transição gradual para o modelo de diária global, no qual a remuneração passa a ser baseada em valores previamente estabelecidos por diária de internação. **AVALIÇÃO ASSISTENCIAL BASEADA EM DRG** – Outro avanço importante observado ao longo do exercício foi a incorporação da avaliação baseada na metodologia DRG (Diagnosis Related Groups) conduzida pela Unimed na rotina da Casa de Saúde São Lucas. Os resultados preliminares dessas análises indicaram desempenho positivo do Hospital em relação aos indicadores assistenciais, especialmente quanto à complexidade clínica dos casos tratados.

**INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA** – Ao longo de 2025 foram realizados investimentos relevantes com o objetivo de modernizar a infraestrutura hospitalar e preparar a instituição para novos ciclos de crescimento. Destaca-se a implementação da nova ressonância magnética adquirida da GE Healthcare. Além da aquisição do equipamento, foi realizada a realocação completa da operação para uma área mais próxima da entrada principal do hospital, permitindo maior conveniência aos pacientes e ampliando a capacidade de captura de exames eletivos. O investimento total nesse projeto foi de aproximadamente R\$ 7,5 milhões. Também foram executadas diversas obras estruturais necessárias para a adequação das instalações hospitalares às exigências regulatórias da covisa e do Corpo de Bombeiros, reforçando os padrões de segurança, conformidade regulatória e qualidade das instalações. **GOVERNANÇA, COMPLIANCE E AUDITORIA** – Durante o exercício foi implementada a política institucional de Compliance da Casa de Saúde São Lucas, reforçando o compromisso da companhia com elevados padrões de governança, ética e transparência. Outro marco importante foi a realização de uma Revisão Limitada das demonstrações financeiras conduzida pela empresa de auditoria independente BDO Trevisan. Essa iniciativa representa um avanço relevante na digitalização da operação assistencial. Adicionalmente, foram adquiridas novas ferramentas da plataforma MV voltadas à gestão de receitas hospitalares, incluindo módulos de gestão de glosas e de gestão financeira, cujos processos de implementação seguem em andamento. **EFICIÊNCIA OPERACIONAL E AJUSTES ORGANIZACIONAIS** – Ao longo do exercício de 2025 foram conduzidas diversas iniciativas voltadas à melhoria da eficiência operacional e à adequação da estrutura da instituição ao novo cenário competitivo. Durante o último trimestre hibernamos 30 leitos e conduzimos paralelamente um extensivo ajuste no dimensionamento de pessoal. Destaca-se também a melhora da operação da ala destinada ao TMO – Transplante de medula óssea. Entre as principais ações implementadas destacam-se revisão de processos, aprimoramento da gestão hospitalar, revisão de contratos com fornecedores e fortalecimento da integração entre áreas assistenciais e administrativas. **PERSPECTIVAS** – Apesar dos desafios enfrentados ao longo do exercício de 2025, a administração acredita que o período representou uma etapa fundamental de adaptação estratégica e preparação da instituição para um novo ciclo de desenvolvimento. Os avanços obtidos na modernização dos modelos de remuneração, nos investimentos realizados, na evolução da governança corporativa e na reorganização operacional da companhia criam bases sólidas para a recuperação gradual dos indicadores econômicos e operacionais. **AGRADECIMENTOS** – A Administração da Casa de Saúde São Lucas S.A. agradece aos acionistas pela confiança na gestão, aos médicos do corpo clínico pela dedicação à excelência assistencial, aos colaboradores pelo comprometimento diário com a instituição e as operadoras de saúde e parceiros institucionais pela colaboração e confiança.

Natal, RN, 31 de dezembro de 2025

Jucelino Oliveira de Sousa  
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
	Notas	2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.144.060,28	2.535.744,82
Clientes	5	8.738.506,59	5.745.601,11
Tributos a recuperar		1.990.214,50	1.150.257,96
Outros créditos		532.207,94	317.278,15
Estoques	6	2.823.295,26	2.911.052,99
Despesas Antecipadas		18.246.460,67	12.686.462,36
<b>Não Circulante</b>			
Outros Créditos		6.678.403,43	6.366.841,78
Investimentos	8	2.165.897,09	2.085.647,09
Imobilizado líquido	9	27.211.937,53	19.730.741,25
Intangível		11.910,34	11.910,34
<b>Total do Ativo</b>		<b>54.314.649,06</b>	<b>40.865.602,82</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	5.572.044,53	5.694.232,55
Emprést. e financiamentos	11	10.823.900,23	3.488.180,16
Obrigações tributárias		2.406.340,74	5.952.430,24
Obrigs. sociais e trabalhistas		3.971.480,52	2.301.583,31
Títulos a pagar		405.600,52	68.661,83
Adiantamentos de clientes		503.711,89	497.741,19
Dividendos a pagar		3.409.055,34	3.195.391,09
Provisão de férias e encargos		27.082.948,95	21.098.218,37
<b>Não Circulante</b>			
Emprést. e financiamentos	11	11.642.818,88	1.707.440,13
Parcelamentos federais		3.056.764,86	5.577.669,96
Provisões encargos e INSS		20.277.253,72	7.285.110,11
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	13	11.611.770,45	11.611.770,45
Reserva legal		266.809,79	266.809,79
Reserva de Lucros a realizar		1.191.691,99	4.557.366,61
(+) Prejuízos acumulados		(4.935.827,94)	(3.955.672,51)
		6.944.446,39	12.480.274,34
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>54.314.649,06</b>	<b>40.865.602,82</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
	2025	2024	
<b>Das Atividades Operacionais</b>			
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(4.935.827,94)	4.797.228,01	
Depreciações e Amortizações	1.025.856,19	1.143.937,79	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado	(3.909.971,75)	5.941.165,80	
Decréscimo (Acréscimo) em Ativos	(2.992.905,48)	3.636.873,70	
Tributos a Recuperar	(839.956,54)	(516.173,00)	
Estoques	87.757,73	436.950,39	
Outros Créditos	(536.140,21)	503.651,54	
Acréscimo (Decréscimo) em Passivos	(122.188,02)	(483.956,91)	
Fornecedores	(389.333,64)	2.079.078,55	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.669.897,21	(546.237,67)	
Títulos a Pagar	(14.368,10)	(14.368,10)	
Adiantamento de Clientes	5.970,70	(1.256.345,01)	
Outras Obrigações	213.674,45	43.291,98	
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>(6.476.253,86)</b>	<b>9.823.459,27</b>	
<b>Das Atividades de Investimentos</b>			
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(8.507.092,47)	(1.236.959,86)	
Atividades em Outras Sociedades	(80.250,00)	-	
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>(8.587.342,47)</b>	<b>(1.236.959,86)</b>	
<b>Das Atividades de Financiamento</b>			
Empréstimos e Financiamentos	17.271.098,82	(7.613.328,30)	
Pagamentos de Dividendos a acionistas	(599.187,03)	-	
Reservas de Lucros	-	-	
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>16.671.911,79</b>	<b>(7.613.328,30)</b>	
<b>Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.608.315,46</b>	<b>975.171,11</b>	
<b>(+) Caixa e Equivalentes iniciais do Exercício</b>	<b>2.535.744,82</b>	<b>1.562.573,71</b>	
<b>(=) Caixa e Equivalentes no Fim do Exercício</b>	<b>4.144.060,28</b>	<b>2.535.744,82</b>	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em Reais)					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reservas de Lucros	Total
<b>Saldo em 01 de Janeiro de 2024</b>	<b>11.611.770,45</b>	<b>26.948,39</b>	<b>(3.955.672,51)</b>	<b>(3.928.724,12)</b>	<b>7.683.046,33</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	4.797.228,01	4.797.228,01	4.797.228,01
Destinações:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	239.861,40	(239.861,40)	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>11.611.770,45</b>	<b>266.809,79</b>	<b>601.694,10</b>	<b>868.503,89</b>	<b>12.480.274,34</b>
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(4.935.827,94)	(4.935.827,94)	(4.935.827,94)
Destinações:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	(600.000,01)	(600.000,01)	(600.000,01)	(600.000,01)
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>11.611.770,45</b>	<b>266.809,79</b>	<b>(4.934.133,85)</b>	<b>(4.667.324,06)</b>	<b>6.944.446,39</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Exercícios findos em 31 de dezembro/2025 e 2024 – (Em Reais)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**  
A Casa de Saúde São Lucas S.A., pessoa jurídica de direito privado constituída em 18 de outubro de 1945, com sede na Rua Maxaranguape, 614, Tirol, Natal/RN. A Sociedade é uma empresa de capital fechado, tendo como objeto social a prestação de serviços médico-hospitalares em geral com pronto atendimento 24 horas nas especialidades em Clínica Médica, Cardiologia, Neurologia e Traumatologia-Ortopedia. A Sociedade poderá participar de outras empresas na qualidade de sócia, acionista ou cotista. A predominância das receitas da Sociedade é proveniente do atendimento a pacientes particulares e conveniados a operadoras de planos de saúde.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**2.1 Declaração de conformidade** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a NBC TG 1000 (R)- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como os Pronunciamentos, Orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2 Base de mensuração** – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de forma diversa nas práticas contábeis descritas nestas notas explicativas. **2.3 Moeda funcional e de apresentação** – As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. **2.4 Resultado Abrangente** – A Sociedade não possui outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, razão pela qual não está sendo apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente. **2.5 Continuidade Operacional** – A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Sociedade e concluiu que possui recursos financeiros e operacionais suficientes para manter suas atividades no futuro previsível, não havendo intenção ou necessidade de liquidação ou redução relevante de suas operações.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**3.1 Caixa e equivalentes de caixa** – Compreendem os saldos de Caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao valor da quota na data do balanço, demonstrando seu valor de realização. **3.2 Contas a receber de clientes e créditos de liquidação divididos** – Contas a receber são registradas pelo valor faturado e ajustadas ao valor provável de realização, quando aplicável. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos créditos, considerando histórico de perdas, situação individual dos clientes e condições de mercado, estabelecendo provisão para perdas esperadas quando necessário. **3.3 Estoques** – Os estoques são representados por medicamentos, materiais hospitalares, materiais de consumo e suprimentos utilizados na prestação de serviços, avaliados pelo custo médio de aquisição, apropriados ao custo dos serviços prestados no momento da sua utilização, exceto para o valor do mercado. **3.4 Imobilizado** – Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. É adicionado ao custo de aquisição, os gastos diretamente relacionados à aquisição, tais como frete e frete aéreo, custos de utilização. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos bens. A Administração revisa periodicamente a vida útil e a recuperabilidade dos ativos e não identifica necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **3.5 Instrumentos financeiros** – Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo posteriormente ajustados pelo custo amortizado, quando aplicável. Sua classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. São incluídos nessa classificação os ativos e passivos financeiros não derivativos com recebimentos e pagamentos não fixos determinados pelo valor de mercado no mercado ativo. São registrados no ativo ou passivo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço. Prazo superior a 12 meses, são classificados como ativo ou passivo não circulante. Os passivos financeiros são demonstrados inicialmente por empréstimos, financiamentos e fornecedores, são registrados pelo valor original das obrigações e acrescidos dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço, conforme as condições contratuais. As despesas com juros e encargos são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, de acordo com o prazo das obrigações incluem-se nesta categoria: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº4); Contas a receber (nota explicativa nº5); Cheques em cobrança (nota explicativa nº7); Fornecedores (nota explicativa nº10); Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº11). **3.6 Empréstimos e financiamentos** – Os recursos financeiros tomados sejam eles empréstimos ou financiamentos, são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período decorrido até a data do balanço. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo, de forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são apropriados em despesas financeiras. São classificados no passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses. **3.7 Fornecedores** – As obrigações com fornecedores são registradas pelo valor original da transação e posteriormente mensuradas pelo custo amortizado. **3.8 Provisões** – As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente resultante de evento passado, sendo provável a saída de recursos e quanto o valor pode ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.9 Capital Social** – O Capital Social é representado por ações ordinárias e preferenciais, todas sem valor nominal, classificadas no patrimônio líquido. **3.10 Reconhecimento da Receita de prestação de serviços** – Os recursos financeiros são reconhecidos e normas estabelecidas pela Resolução CPC nº 1.255 de 10/12/2009 - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e NBC TG 47 de 25/11/2016 - "Receita de Contrato com Cliente". A receita da prestação de serviço é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Geralmente, o montante de receita é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. **3.11 Receita de Aluguel** – As receitas de aluguel são provenientes dos imóveis constantes do ativo imobilizado, e são reconhecidas pelo regime de competência na rubrica contábil "outras receitas operacionais", durante o período do aluguel operacional. **3.12 Receitas Financeiras** – A predominância das receitas financeiras está relacionada aos descontos obtidos, estes referem-se, principalmente, a perdas reconhecidas por fornecedores em negociações comerciais, liquidação antecipada de obrigações e revisões de valores faturados, sendo reconhecidos como receita financeira no resultado do exercício, pelo regime de competência. **3.13 imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro** – O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e 9% sobre o lucro tributável respectivamente, considerando, quando for o caso, a compensação de perdas fiscais limitada a 30% do lucro real do período de apuração da compensação. **3.14 imposto Sobre Serviços, PIS e COFINS** – As receitas de prestação de serviços hospitalares estão sujeitas à tributação pelo ISS à alíquota de 5%, conforme legislação vigente do Município de Natal. No caso do PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com a prestação de serviços hospitalares, sujeitam-se a alíquotas de 0,65% e 3% respectivamente. **3.15 Distribuição de Dividendos** – A distribuição de dividendos para os acionistas são reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada pelos membros em Assembleia Geral Ordinária, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto pelo Estatuto Social.

	2025	2024
<b>4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa	29.051,90	8.146,79
Banco Conta Movimento	2.786.980,65	1.359.300,36
Aplicação Financeira Liq. Imediata	1.328.027,73	1.168.297,67
<b>Total</b>	<b>4.144.060,28</b>	<b>2.535.744,82</b>

As aplicações financeiras não possuem restrições para o resgate, e este pode ser feito a qualquer momento. Conforme mencionado nas principais práticas contábeis, por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

	2025	2024
<b>5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES</b>		
Convênios	7.565.066,60	4.796.151,53
Pessoas Jurídicas sem Convênios	2.840,00	0,00
Pessoas Físicas sem Convênios	1.127.420,59	889.280,47
Aluguéis a Receber	43.179,40	60.169,11
<b>Total</b>	<b>8.738.506,59</b>	<b>5.745.601,11</b>

O processo de cobrança pelos serviços prestados pela Sociedade é complexo, em razão da existência de diversos convênios e planos de saúde, cada um com regras específicas de cobertura, exigências de auditoria das contas médicas, podendo resultar em glosas, revisões e ajustes nos valores faturados. A Administração acompanha continuamente a realização dos créditos registrados, considerando o histórico de recebimentos, negociações com operadoras e eventuais perdas por glosas, constituindo provisão para perdas quando aplicável. Os valores a receber por meio de cartão de crédito apresentam histórico de liquidação integral, razão pela qual a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas sobre esses créditos.

	2025	2024
<b>6. ESTOQUES</b>		
São representados por medicamentos, materiais hospitalares, materiais de consumo e suprimentos utilizados na prestação de serviços, avaliados pelo custo médio de aquisição, apropriados ao custo dos serviços prestados no momento da sua utilização, exceto para o valor do mercado. <b>3.4 Imobilizado</b> – Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. É adicionado ao custo de aquisição, os gastos diretamente relacionados à aquisição, tais como frete e frete aéreo, custos de utilização. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos bens. A Administração revisa periodicamente a vida útil e a recuperabilidade dos ativos e não identifica necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. <b>3.5 Instrumentos financeiros</b> – Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo posteriormente ajustados pelo custo amortizado, quando aplicável. Sua classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. São incluídos nessa classificação os ativos e passivos financeiros não derivativos com recebimentos e pagamentos não fixos determinados pelo valor de mercado no mercado ativo. São registrados no ativo ou passivo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço. Prazo superior a 12 meses, são classificados como ativo ou passivo não circulante. Os passivos financeiros são demonstrados inicialmente por empréstimos, financiamentos e fornecedores, são registrados pelo valor original das obrigações e acrescidos dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço, conforme as condições contratuais. As despesas com juros e encargos são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, de acordo com o prazo das obrigações incluem-se nesta categoria: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº4); Contas a receber (nota explicativa nº5); Cheques em cobrança (nota explicativa nº7); Fornecedores (nota explicativa nº10); Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº11). <b>3.6 Empréstimos e financiamentos</b> – Os recursos financeiros tomados sejam eles empréstimos ou financiamentos, são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período decorrido até a data do balanço. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo, de forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são apropriados em despesas financeiras. São classificados no passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses. <b>3.7 Fornecedores</b> – As obrigações com fornecedores são registradas pelo valor original da transação e posteriormente mensuradas pelo custo amortizado. <b>3.8 Provisões</b> – As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente resultante de evento passado, sendo provável a saída de recursos e quanto o valor pode ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. <b>3.9 Capital Social</b> – O Capital Social é representado por ações ordinárias e preferenciais, todas sem valor nominal, classificadas no patrimônio líquido. <b>3.10 Reconhecimento da Receita de prestação de serviços</b> – Os recursos financeiros são reconhecidos e normas estabelecidas pela Resolução CPC nº 1.255 de 10/12/2009 - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e NBC TG 47 de 25/11/2016 - "Receita de Contrato com Cliente". A receita da prestação de serviço é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Geralmente, o montante de receita é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. <b>3.11 Receita de Aluguel</b> – As receitas de aluguel são provenientes dos imóveis constantes do ativo imobilizado, e são reconhecidas pelo regime de competência na rubrica contábil "outras receitas operacionais", durante o período do aluguel operacional. <b>3.12 Receitas Financeiras</b> – A predominância das receitas financeiras está relacionada aos descontos obtidos, estes referem-se, principalmente, a perdas reconhecidas por fornecedores em negociações comerciais, liquidação antecipada de obrigações e revisões de valores faturados, sendo reconhecidos como receita financeira no resultado do exercício, pelo regime de competência. <b>3.13 imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b> – O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e 9% sobre o lucro tributável respectivamente, considerando, quando for o caso, a compensação de perdas fiscais limitada a 30% do lucro real do período de apuração da compensação. <b>3.14 imposto Sobre Serviços, PIS e COFINS</b> – As receitas de prestação de serviços hospitalares estão sujeitas à tributação pelo ISS à alíquota de 5%, conforme legislação vigente do Município de Natal. No caso do PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com a prestação de serviços hospitalares, sujeitam-se a alíquotas de 0,65% e 3% respectivamente. <b>3.15 Distribuição de Dividendos</b> – A distribuição de dividendos para os acionistas são reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada pelos membros em Assembleia Geral Ordinária, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto pelo Estatuto Social.		

	2025	2024
<b>10. FORNECEDORES</b>		
Fornecedores de Bens	4.616.507,10	4.871.421,06
Fornecedores de Serviços	955.537,43	822.811,49
<b>Total</b>	<b>5.572.044,53</b>	<b>5.694.232,55</b>

O saldo de fornecedores refere-se a aquisições de mercadorias consumidas na prestação de serviços, materiais para administração, serviços prestados, entre outros.

	2025	2024
<b>11. EMPRÉSTIMOS E FINANCI</b>		



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: ANL4U-G5DBF-D8KLX-T8GQ2

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no CCN Signer, pelos seguintes signatários:

Alexsandro de Oliveira Viana (CPF 008.291.254-85)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://www.ccnsigner.com.br/validate/ANL4U-G5DBF-D8KLX-T8GQ2>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://www.ccnsigner.com.br/validate>